

GRUPO EXECUTIVO SOBRE MUDANÇA DO CLIMA - GEx **MEMÓRIA DE REUNIÃO**

Data: 09 de julho de 2013, 14h30 às 17h30

Local: Ministério do Meio Ambiente, SEPN 505, bloco B, sala CT-01, 1º andar, Brasília/DF.

Pauta:

1. Encaminhamentos sobre o GT Adaptação
2. Informe sobre Negociações Internacionais
3. Apresentação da evolução da redação do texto de atualização do Plano Nacional sobre Mudança do Clima – Plano Clima
4. Outros assuntos

O Diretor do Departamento de Mudanças Climáticas do Ministério do Meio Ambiente (DEMC/SMCQ/MMA) abriu a reunião dando as boas-vindas aos presentes e apresentou a pauta.

1. Encaminhamentos sobre o GT Adaptação

A diretora de Licenciamento e Avaliação Ambiental, Sra. Karen Cope, fez um informe sobre a Reunião do GT Adaptação realizada no dia 21 de junho de 2013, que definiu as linhas gerais de trabalho do GT para o próximo ano ou ano e meio, tendo como objetivo elaborar o Plano Nacional de Adaptação (PNA).

Reforçou a necessidade da elaboração de um Plano Nacional de Adaptação - PNA, mesmo levando em consideração o alerta do Painel Brasileiro sobre Mudança do Clima - PBMC sobre as lacunas de informação sobre adaptação e a falta de estudos sobre vulnerabilidade em vários setores. Ressaltou a necessidade da tomada de decisões em ambientes de grande incerteza, visto que decisões sobre adaptação envolvem o longo prazo (anos de 2040 ou 2100, por exemplo) e disse que o custo de inação devido à falta de informações seria maior que agir preventivamente. Observou que a incerteza sobre os impactos da mudança do clima é realidade em vários países e que a geração de conhecimento deve ser considerada como prioridade na elaboração de um plano de adaptação. Assim, o GT Adaptação deverá fazer um apanhado do que já existe em termos de políticas públicas sobre adaptação, focando, entre outros, na Segunda Comunicação Nacional à UNFCCC e nos Planos Setoriais de Mitigação e Adaptação que tratam de adaptação, como os Planos Setoriais de Saúde e Agricultura de Baixo Carbono. Com respeito à revisão dos Planos Setoriais, informou que, no futuro, todos os planos terão que incorporar conceitos de adaptação.

Sobre o processo de elaboração do PNA, afirmou que este deverá seguir o mesmo arranjo institucional previsto na Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) para a elaboração dos Planos Setoriais. Nesse sentido, segundo estudo da GVces, que analisou fundamento legal e jurídico no país sobre adaptação, a PNMC forneceria fundamento legal e orientação estratégica para a elaboração do Plano Nacional de Adaptação. Avaliou, também, que o Governo Federal possui competência específica na gestão do Plano e na concertação dos atores. Como as medidas de adaptação se compõem essencialmente de ações locais, cabe ressaltar que as iniciativas dos entes federativos competentes deverão ser facilitadas. Com respeito aos princípios de uma política pública de adaptação, sugeridos pelo Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas (FBMC) na reunião do GT, teriam que ser incorporados no Plano Nacional de Adaptação.

O GT já validou que será elaborado um único plano para todos os setores. O relatório do PBMC é o documento de referência e com base em exemplos de outros países se identificou uma estrutura base para o plano (transporte e logística; energia; biodiversidade; desastres; zonas costeiras;

cidades; segurança alimentar e agropecuária; indústria; saúde; água). O PNA deve dialogar com a PNMC.

Sobre a análise econômica dos custos de adaptação, foi informado que o MMA está em contato com a CEPAL para a realização de estudo com o intuito de levantar custo dos impactos das mudanças climáticas. Ressaltou, também, que o PNA deverá ser atualizado a cada 4 anos, sempre antes do PPA.

Apresentou Plano de Trabalho do GT Adaptação para o segundo semestre de 2013:

- apresentação dos trabalhos para a Rede Clima a fim de fortalecer a comunicação com a academia;
- nivelamento do tema de indicadores de vulnerabilidades setoriais, com base no estudo da Fiocruz para o estado de MG;
- conclusão dos temas de nivelamento para 2013.

Para 2013 seria identificado o problema bem como os instrumentos de implementação e gestão. Em 2014, seriam levantadas as medidas de ação e apresentada a 1^a versão do PNA.

O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) informou sobre seu Sistema de Observação de Impactos, ainda em fase inicial de desenvolvimento, e registrou a importância de se prever ainda que a médio prazo iniciativa do Governo Federal em promover a integração dos diversos repositórios de conhecimento em mudanças climáticas.

2. Informe sobre Negociações Internacionais

Representante do Ministério das Relações Exteriores (MRE) fez informe sobre as negociações no âmbito do regime internacional sobre mudança do clima, mais especificamente sobre o lançamento do Plano de Ação sobre Mudança do Clima dos EUA; a última rodada de negociação no âmbito da Convenção sobre Mudança do Clima (UNFCCC da sigla do original em inglês), realizada em Bonn (Alemanha) antes da COP-19 (a ocorrer em novembro de 2013 em Varsóvia); e a recente visita da secretária-executiva da UNFCCC, Sra. Christiana Figueres, ao Brasil.

Informou que os EUA apresentaram seu Plano de Ação sobre Mudança do Clima (*President Obama's Climate Action Plan*) no dia 25 junho. O Plano é composto de 3 linhas gerais: redução da “poluição” de carbono; preparação dos EUA para os impactos das mudanças climáticas (adaptação); e liderança de esforços internacionais para combater a mudança global do clima e preparar para seus impactos. Nele há sistematização das ações necessárias para alcançar uma redução de 17% das emissões de gases de efeito estufa (GEE) em 2020, referente a 2005. Dentre as principais iniciativas previstas está a elaboração de novos padrões de eficiência energética para veículos e de emissão de carbono para termoelétricas a carvão, inclusive as existentes, que necessitarão de autorização expressa da Agência de Proteção Ambiental Estadunidense (EPA) para continuarem funcionando.

Segundo o diplomata, a definição de carbono como poluente, conforme previsto no primeiro pilar do Plano, apesar de discutível já que a consideração de CO₂ como um poluente não é consenso, possibilitaria contornar as dificuldades existentes no Congresso norte-americano para aprovar medidas sobre mudança do clima, permitindo à Agência Ambiental dos EUA (EPA, na sigla do original em inglês) controlar as emissões de gases de efeito estufa da mesma forma que substâncias perigosas como o mercúrio.

Relatou que a redução das emissões das termoelétricas, em conjunto com outras ações, será substancial para o alcance da meta de redução norte-americana. Alertou, entretanto, para o fato de que a tentativa de contornar o Congresso norte-americano não garante o sucesso do Plano, porém avalia como positivo o fato de que os EUA finalmente estejam empreendendo ações de mitigação.

Com respeito à parte sobre liderança de esforços internacionais, o Plano dá maior destaque às parcerias bilaterais com “grandes economias”, por exemplo, no âmbito do *Major Economies Forum* (MEF), do que ao engajamento nas negociações multilaterais sobre a Plataforma de Durban. Relatou, entretanto, que o MEF não visa substituir as ações da UNFCCC, mas promover ações pontuais de mitigação como demonstra iniciativa recente organizada pelo MEF visando à economia de energia em edifícios.

A maior crítica ao Plano norte-americano é que ele não seria "*economywide*", pois aborda principalmente o setor energético e ignora outros setores, como agricultura. Com respeito às ações de adaptação, ressalta que o Plano também não seria detalhado, dando ênfase a grandes projetos de infraestrutura, que deverão levar em consideração novos padrões para a adaptação e enfrentamento a eventos climáticos extremos.

Maiores informações podem ser encontradas em: <<http://www.whitehouse.gov/share/climate-action-plan>>; o documento na íntegra, em inglês, está disponível em: <<http://www.whitehouse.gov/sites/default/files/image/president27climateactionplan.pdf>>.

A seguir, fez um relato sobre a visita, ocorrida em junho último, da secretária-executiva da UNFCCC, Sra. Christiana Figueres, que nunca havia visitado o país oficialmente. Durante a visita de dois dias, a Sra. Figueres, que ficou impressionada com as iniciativas nacionais de mitigação, participou em evento acadêmico na UnB e de seção no Congresso Nacional, além de se reunir com o Secretário de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do MMA e a Ministra de Estado do Meio Ambiente.

Finalizando, informou sobre a 38ª seção dos órgãos subsidiários da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), realizada em junho de 2013 em Bonn, Alemanha. As negociações foram marcadas pela não-abertura da reunião do Órgão Subsidiário de Implementação – (SBI, na sigla do original em inglês). Não houve, assim, negociação de temas importantes, tais como financiamento, transparência, entre outros. Devido à falta de consenso sobre a adoção da agenda do SBI, impedindo a continuidade substantiva da seção daquele órgão subsidiário, não foi possível iniciar a negociação de textos.

Já o Órgão Subsidiário de Assessoramento Científico e Tecnológico (SBSTA, na sigla do original em inglês) conseguiu avanços significativos em vários temas como agricultura e REDD, que logrou superar o impasse verificado em Doha nas diretrizes metodológicas para a mensuração, relato e verificação (MRV), de forma favorável ao Brasil. Outros temas que lograram avançar foi a discussão sobre novas modalidades sob o CDM, a *Framework for various approaches*, abordagens de mercado e não mercado. Com respeito às negociações no âmbito do GT sobre a Plataforma de Durban (ADP), ressaltou que a proposta brasileira de 1997 para atribuir objetivamente a responsabilidade histórica dos países para a mudança do clima, traduzida em aumento de temperatura, ganhou força no contexto da definição de compromissos de mitigação para o período pós-2020. Em relação a proposta europeia de que todos os países apresentassem compromissos de mitigação quantificados já em 2015, afirmou que dificilmente haveria tempo hábil para tal. Ponderou que, para que se possa chegar a um acordo ambicioso e equitativo em 2015, seria conveniente dar início a processos domésticos de consulta sobre os possíveis compromissos de mitigação que cada país poderia assumir (não necessariamente quantitativos nesse momento), para serem apresentados na COP-21 em 2015. No caso do Brasil, o processo doméstico de consulta

sobre os possíveis compromissos de mitigação deveria ser coordenado pelo Grupo Executivo do Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima (GEx/CIM), mediante divulgação dos trabalhos e resultados atingidos até o momento da consulta do Projeto GEF/Governo Federal sobre Opções de Mitigação (em execução pelo MCTI), previsto para ser finalizado em abril de 2016. Também deverão ser consideradas as contribuições do Projeto IES, do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas (FBMC).

Nesse sentido, o Brasil tenciona apresentar submissão à Plataforma de Durban, sugerindo que a COP-19 incentive cada país a lançar seu processo de consultas internas para definição de possíveis cenários de compromissos a serem implementados pós-2020. A ideia por trás da realização de consultas internas é de envolver todo o governo e sociedade em uma discussão fundamental para o acordo de 2015. Entre a COP-21, em 2015, e a entrada em vigor do novo acordo sob a Convenção, tais cenários seriam melhor definidos.

Em seguida, o Diretor de Mudanças Climáticas do MMA (DEMC) fez um relato sobre a Reunião do BASIC (grupo de coordenação entre Brasil, África do Sul, Índia e China). A delegação brasileira foi chefiada pelo Embaixador Corrêa do Lago, que também acompanhou a reunião de negociadores. O Diretor do DEMC acompanhou a reunião de experts, e também auxiliou o Embaixador em outros pontos da agenda. O entendimento do grupo foi de que a COP-19 em Varsóvia deverá ser aproveitada como ocasião para defender a implementação de todos os novos mecanismos e processos criados em Cancún (COP-16) e negociados nas COPs subsequentes, o que fortaleceria a Convenção como instrumento fundamental do multilateralismo no âmbito da mudança do clima. O comprometimento com ações de mitigação e adaptação nos países em desenvolvimento deverá ser acompanhado por iniciativas de financiamento e transferência de tecnologia por parte dos países desenvolvidos (em especial, os integrantes do Anexo II da Convenção) para reduzir as lacunas históricas de apoio à implementação da Convenção. Foi reforçado, também, que no âmbito do Protocolo de Quioto, países do Anexo I da Convenção continuam tendo papel importante na ambição pré-2020. A Próxima reunião do BASIC está prevista para ser realizada nos dias 15 e 16 de setembro de 2013 no Brasil.

3. Apresentação da evolução da redação do texto de atualização do Plano Nacional sobre Mudança do Clima – Plano Clima

Representante do MMA fez relato sobre reunião realizada no dia 04 de julho de 2013 sobre aspectos gerais e a incorporação dos Planos Setoriais ao texto de atualização do Plano Clima. Em relação aos aspectos gerais, observou que será necessário reduzir o texto para torná-lo mais objetivo. Ressaltou sobre o avanço significativo no texto sobre objetivos, que incorporou a proposta do MPOG, resgatando do texto original a menção à adaptação em alguns planos e a importância dos NAMAs e do MDL. O texto terá um parágrafo específico para os planos listados no Art. 3º do Decreto 7.390/2010 e outro para os planos referidos no Art. 4º do mesmo Decreto. Para esses últimos, os respectivos coordenadores identificariam ações a serem citadas como contribuição para o alcance do compromisso nacional voluntário.

O Plano Clima também deve indicar que, apesar de ter havido um aumento nas emissões de alguns setores (agricultura, energia, indústria), houve uma redução nas emissões totais do país conforme era esperado.

A interseção entre os vários planos também deveria ser considerada, mas devido a limitação de tempo, o texto só refletirá grandes posicionamentos e a necessidade de identificá-las.

Com respeito ao texto sobre o Plano Setorial de Siderurgia, o representante do FBMC observou que, como as ações de mitigação nesse setor foram informadas à Convenção sobre Mudança do

Clima após a COP de Copenhague, talvez seria problemático relatar que ele teria sido concluído, pois existiria apenas seu sumário executivo. Representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) esclareceu que, por ser um Plano elaborado em 2010, não havia passado por um processo de consulta pública como os demais Planos Setoriais contidos no Art. 4º do Decreto 7.390/10. A intenção de inserção do texto sobre o referido Plano na atualização do Plano Clima seria mostrar à sociedade que o Plano Siderurgia estaria sendo revisado. Relatou, também, que seria mais apropriado denominá-lo de Plano de Carvão Vegetal, pois siderurgia já faz parte do Plano Indústria. Propôs contratar a atualização dos estudos da FGV de 2010, que teriam sido base para elaboração do Plano. Como as empresas de ferro-gusa e siderurgia foram muito afetadas pela crise de 2008 e ainda não teriam recuperado sua capacidade produtiva, seria muito difícil propor investimentos em novos fornos e outros para a redução das emissões. Ressaltou que o processo de elaboração do Plano Siderurgia teria sido um catalisador para a assinatura de compromisso de sustentabilidade do setor de siderurgia e ferro-gusa.

Representante do FMBC questionou sobre o Plano Setorial da Pesca. Representante do MMA informou que, diferentemente do Plano Siderurgia, o Plano Pesca foi apresentado como uma intenção voluntária da pasta setorial, que ainda não foi elaborado, apesar do apoio financeiro recebido do Fundo Clima. O Secretário de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental afirmou que já tentou diversas vezes aproximações com o Ministério da Pesca para tratar do assunto, e que ainda se tentaria novo contato para verificar evoluções no suposto Plano Setorial da Pesca.

A seguir, representante do FBMC fez informe sobre os Diálogos Setoriais, relatando sobre reuniões com Fórum de Meio Ambiente do Setor Elétrico (FMASE), Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), setor de silvicultura, e organizações dos trabalhadores. Nas reuniões foram apresentadas sugestões pontuais do setor produtivo, principalmente com respeito à tributação e seguros, e do setor de silvicultura sobre a existência de sombreamento entre os planos, sugerindo-se uma ação estruturada entre eles ou a criação de um plano específico para silvicultura.

Informou que várias organizações, entre elas a CNI, FMASE, ABRAF (setor de silvicultura) e CUT questionaram ao FBMC sobre possibilidade de postergar a finalização das reuniões dos diálogos setoriais. Segundo o representante do FBMC, ainda faltaria a realização de reuniões com o setor de transportes, acadêmico e com as ONGS.

Relatou que em reunião realizada com sindicatos de trabalhadores foi sugerido que o Plano Clima trate do tema da transição justa para uma economia de baixo carbono, já discutida no âmbito da Organização Internacional do Trabalho (OIT), informando sobre a necessidade da capacitação de trabalhadores aos desafios dos novos postos de trabalho surgidas devido ao combate das mudanças climáticas.

O Secretário de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do MMA afirmou ser necessário trazer o viés acadêmico para as discussões em todos os Fora sobre mudança do clima, com o intuito de auxiliar na atualização do Plano Clima.

Para encerrar a pauta, foi apresentada sugestão de alteração no calendário de atualização do Plano Clima.

Em “outros assuntos”, houve discussão sobre a necessidade de promover o diálogo entre o Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas (PBMC) e a Rede Clima com o GEx. Houve acordo no sentido de que o GEx convidasse representantes dessas duas iniciativas para apresentação de seus trabalhos ao Grupo.

Encaminhamentos

- O GEx refletirá sobre sugestão do MRE acerca de pedido de comentários para submissão à COP sobre processo de consulta interna no âmbito do pós-2020.
- Apresentou-se sugestão de cronograma para o processo de atualização do Plano Clima. Esta sugestão foi encaminhada posteriormente aos membros por e-mail, já incorporando etapa intermediária no âmbito do CIM, após consulta feita à Casa Civil, depois da reunião do GEx. Esse fato exigiu algumas pequenas adaptações em relação ao que foi apresentado na reunião.

- abril a julho: Diálogos Setoriais (FBMC)
- 31 de julho: consolidação do texto de atualização do Plano (versão governamental)
- 06 de agosto: reunião do GEx – aprovação do Plano (versão governamental)
- 16 de agosto: oficina GEx e instituições líderes dos Diálogos Setoriais (FBMC)
- 28 de agosto: consolidação do texto de atualização do Plano (versão pós-diálogos)
- 06 de setembro: reunião do GEx – aprovação do texto de atualização do Plano (versão pós diálogos)
- 16 de setembro: reunião do CIM – aprovação do texto de atualização do Plano
- 17 de setembro a 20 de outubro: consulta pública eletrônica e presencial
- 08 de novembro: consolidação do texto de atualização do Plano (versão pós-consultas públicas)
- 02 de dezembro: reunião do GEx – aprovação do texto final
- 09 de dezembro: reunião do CIM – aprovação do texto final

- Serão enviados convites ao Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas (PBMC) e à Rede Clima para apresentações no GEx.
- A próxima reunião GEx está prevista para 06 de agosto 2013.